

Empoderamento, (des)politização e o horizonte do possível: reflexões epistemológicas com base nas lutas feministas durante a insurreição de Oaxaca¹

Léa Tosold

doutoranda do Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo

leatosold@gmail.com

Resumo

Este texto parte da controvérsia sobre o conceito empoderamento (“empowerment”) enquanto *locus* analítico privilegiado para a compreensão de relevantes aspectos epistemológicos que orientam as lutas feministas. Sem a intenção de advogar em favor ou contra o uso do conceito, procura-se antes evidenciar a centralidade da questão da (des)politização das lutas feministas que faz-se presente na tensão entre o uso “liberal” do conceito, vinculado à inclusão equitativa de mulheres nas estruturas socioinstitucionais já existentes, e o uso “transformador” do conceito, associado à necessidade de alteração das próprias estruturas socioinstitucionais a fim de que a (re)produção das desigualdades de gênero, bem como de outras formas de opressão, possa ser combatida. Com base na experiência do protagonismo de grupos de mulheres na emblemática insurreição de Oaxaca em 2006, no México, argumento que, por um lado, se a criação de novos espaços que procuram explicitamente romper com as estruturas institucionais hegemônicas não elimina *per se* a (re)produção de mecanismos de opressão de gênero, tais espaços, por outro lado, mostram-se essenciais para o aprofundamento da luta contra a opressão como um todo. Isso ocorre justamente porque, ao possibilitar a reflexão coletiva sobre questões de gênero e outras formas de opressão em seus próprios termos, esses espaços garantem o movimento politizador necessário para transformar o conjunto de experiências vividas a partir de perspectivas sociais específicas em interesses e preferências que são matéria para a ação coletiva. Tal movimento politizador cumpre, em termos epistemológicos, uma ampliação do horizonte do possível, sem o qual o questionamento dos constrangimentos sociais que estruturam as relações entre pessoas e grupos em sociedades regidas pelo patriarcalismo não teria lugar.

¹ Este ensaio foi elaborado para apresentação na sessão “Gênero, Feminismos e Política” no V Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, em 6 de maio de 2015.

I

Um dos mais interessantes debates feministas da atualidade é o que discute as potencialidades e os limites de se ocupar espaços de poder existentes com o objetivo de combater e eliminar opressões estruturais que condicionam a vida das mulheres e de outros grupos sociais sujeitos à opressão. Ao partir da compreensão de que, em sociedades estruturadas no patriarcalismo e outras formas de opressão, as instituições existentes não são neutras, mas sim (re)produtoras dos mais variados mecanismos de opressão, uma série de questões epistemológicas – relacionadas à possibilidade de gerar conhecimento e ação política transformadores de modos estruturais de opressão² – toma corpo e centralidade nas reflexões feministas: Seria possível usar estrategicamente as estruturas de poder, mesmo que sejam (re)produtoras de desigualdades, a fim combater as diferentes formas de opressão vigentes na sociedade? Até que ponto é possível alterar o caráter excludente dos espaços de poder existentes no momento em que mulheres e outros grupos sociais em condição de opressão passam a ocupar tais espaços? Ou então, parafraseando Audre Lorde, seria o caso de que “as ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre” (2007 [1984], p. 110-113), de maneira que ascender às mesmas estruturas de poder que condicionam e (re)produzem as desigualdades revelaria-se, de antemão, uma tarefa fadada ao fracasso, uma vez que, ao batalhar pelos espaços instituídos de poder, correríamos o risco de acabar levando não à transformação das relações de poder que condicionam os diferentes tipos de opressão estrutural, mas sim à sua reificação, esvaziando o horizonte normativo mais amplo que possibilita engendrar uma sociedade em que gênero e outros marcadores sociais da diferença não sejam mais impeditivos para a realização individual e coletiva?

Tais questionamentos tornam-se ainda mais urgentes e imprescindíveis ao observamos que, a despeito das inúmeras conquistas institucionais que visam fomentar a igualdade de gênero – como o reconhecimento de direitos formais e a criação de uma série de mecanismos, políticas

² Este ensaio insere-se em no contexto de um amplo debate epistemológico entre feministas que é, de maneira geral, orientado pelo horizonte de transformação das estruturas de opressão sociopolíticas vigentes (cf. por ex. COLLINS, 2000; HARAWAY, 1988; HARDING, 2004; HARTSOCK, 1998; MOHANTY, 2000).

públicas específicas e espaços formais participativos –, a violência de gênero, em especial no contexto latino-americano, vem não apenas aumentando sistematicamente, mas também sendo tingida pela naturalização da crueldade para além dos limites do imaginável (cf. SEGATO, 2013). Soma-se a isso o fato de que identifica-se cada vez mais o Estado como principal agente da violência e do aprofundamento das desigualdades estruturais de gênero (BHAVNANI; COULSON, 2004), o que amplia e consolida uma desconfiança acerca da opção de atuação política via mecanismos institucionais formais existentes quando o objetivo é o de lutar por uma sociedade livre de opressões.

Visando contribuir para a reflexão sobre estas questões, neste ensaio procuro mostrar como o debate feminista em torno do conceito empoderamento é *locus* analítico privilegiado para ampliar a compreensão de diferentes dimensões epistemológicas que orientam as lutas feministas, especificamente com relação à possibilidade de gerar conhecimento e ação política capazes de transformar sociedades estruturadas com base em diferentes formas de opressão. Conforme argumentarei, o cerne do debate encontra-se menos na eventual falta de reconhecimento de que as estruturas socioinstitucionais (re)produzem opressões como a de gênero – perspectiva geralmente associada a uma interpretação liberal [*liberal empowerment*] do conceito empoderamento, que visaria meramente a “inclusão” de mulheres em posições de poder que sustentam *per se* uma sociedade desigual e excludente, em oposição a uma interpretação transformadora ou libertária [*liberating empowerment*] do conceito (SARDENBERG, 2008) –, mas sim primordialmente na questão sobre as potencialidades e os limites tanto de se alterar as próprias estruturas socioinstitucionais já existentes quanto de se criar novos espaços livres de opressão a fim de que a (re)produção de mecanismos estruturais que condicionam a existência de desigualdades e violências como as de gênero possa ser efetivamente combatida e eliminada.

As diversas experiências de (re)produção da opressão de gênero nos intentos de criação e abertura de novos espaços libertários que se propõem explicitamente a romper com a lógica institucional, conforme proponho na segunda parte deste ensaio, nos ajudam a complexificar e aprofundar as questões epistemológicas delineadas a partir da discussão sobre o conceito empoderamento, evitando uma mera oposição binária e excludente entre esferas institucionais e não institucionais de atuação política.

Assim, com base na experiência do protagonismo de grupos de mulheres na emblemática insurreição de Oaxaca em 2006, no México, argumentarei que, apesar de os novos espaços que procuram romper explicitamente com as estruturas sociais e políticas hegemônicas não estarem automaticamente isentos da (re)produção de mecanismos de opressão como a de gênero, tais experiências, longe de serem *naive*, são via de regra justamente as que possibilitam, em termos epistemológicos, a realização de um movimento politizador essencial para o aprofundamento da luta contra a opressão como um todo – aquele que, com base na reflexão coletiva elaborada em critérios próprios, é capaz de transformar o conjunto de experiências vividas a partir de perspectivas sociais específicas em interesses e preferências que são matéria para a ação coletiva. Tal momento politizador é raramente presente nas vias de luta política institucionais, visto que a sujeição ao *modus operandi* das instituições formais, já estabelecido de antemão, acaba condicionando – e, conseqüentemente, limitando – as possibilidades de reflexão coletiva politizadora. Concluo, portanto, argumentando que o movimento politizador presente em experiências que visam romper com os mecanismos institucionais formais vigentes cumpre, em termos epistemológicos, uma ampliação do horizonte do possível, sem o qual o questionamento dos constrangimentos sociais que estruturam as relações entre pessoas e grupos em sociedades regidas pelo patriarcalismo não teria lugar.

II

A controvérsia sobre o conceito empoderamento no feminismo, dada a profundidade e qualidade, do debate explicita questões epistemológicas altamente relevantes acerca das potencialidades e dos limites da ação política coletiva via ocupação de posições de poder que, em si, são estruturadas a fim de (re)produzir as mais diversas formas de opressão. No que segue, procurarei contribuir para o debate por meio de um exercício analítico que visa, justamente, apontar algumas das principais tensões epistemológicas subjacentes ao debate acerca do conceito empoderamento.

Entendo que as disputas pelos sentidos dos conceitos são políticas e que existe, portanto, um esforço, nas discussões feministas, de *politizar* conceitos-chave a fim de que seu potencial

transformador não seja esvaziado e possa orientar os embates cotidianos contra todas as formas de opressão³. Isso torna-se evidente no que se refere ao conceito empoderamento.

Há uma tentativa, por parte de feministas, de evitar a cooptação e o esvaziamento do termo. Em termos gerais, parte-se de uma crítica ao conceito empoderamento em sua versão “liberal” [*liberal empowerment*] (SARDENBERG, 2008, p. 1), o qual estaria associado à disseminação de uma ressignificação por parte de agências internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Nessa versão liberal, empoderamento estaria vinculado a uma perspectiva descontextualizada e ahistórica que visa, a partir de medidas *top-down*, “empoderar” indivíduos a fim de que se “integrem” a um projeto desenvolvimentista econômico já definido de antemão (cf. CALVÈS, 2009). Alega-se criticamente que, com o desaparecimento da dimensão coletiva, reflexiva e contextualizada da luta das mulheres contra a opressão, o termo passaria a ser instrumento de um projeto econômico em favor de interesses específicos, invisibilizando a dimensão sistêmica e estrutural do funcionamento dos mecanismos de opressão.

Em contraste a tal interpretação – tendo em vista, portanto, a repolitização do termo –, uma série de estudiosas (p.ex. CRENSHAW, 1991; LAVRIN, 1998; SARDENBERG, 2008) argumenta que o conceito empoderamento, na vertente conhecida como transformadora ou libertária [*liberating empowerment*] (SARDENBERG, 2008, p. 1), teria na verdade surgido em meio aos movimentos feministas negros estadunidenses nos anos 1960 que procuravam, a partir de ações políticas *bottom-up*, a criação de vínculos, espaços, símbolos e práticas coletivas de resistência que, em seus próprios termos, confrontavam as estruturas hegemônicas de poder.

É possível identificar, como pano de fundo, uma discussão acerca do que é “poder” e, a partir daí, dos sentidos atribuídos ao conceito empoderamento. Creio que a distinção que Iris Marion Young faz entre o entendimento de poder enquanto algo que se possui (e que, portanto, poderia ser distribuído) e poder enquanto um processo relacional condicionado estruturalmente (YOUNG, 1990, pp. 30-33) é bastante útil para apreender as implicações associadas, por um lado, à interpretação liberal e, por outro, à interpretação libertária do conceito empoderamento.

³ Em concordância com bell hooks (2000a [1984]; 2000b), feminismo, neste texto, é entendido como uma luta contra todas as formas de opressão, de maneira que não seria possível desvincular a luta contra o sexismo da luta contra o racismo, da luta de classes etc.

Em sua vertente liberal, em que empoderamento estaria associado a ideias de integração, participação e inclusão de indivíduos em um sistema econômico específico (cf. SARDENBERG, 2008, p. 14), o entendimento de poder é vinculado a algo que poderia ser distribuído, compartilhado. As estruturas de poder estão dadas e não são, portanto, colocadas em xeque. Em sua vertente libertária, empoderamento estaria mais comumente associado a um processo criativo transformador (CALVÈS, 2009, pp. 3-9) que, por meio da organização coletiva autônoma, geraria um aumento de poder pessoal e material com o objetivo de desafiar o *status quo* (SARDENBERG, 2008. p. 14). Ou seja, em vez de uma distribuição ou tomada de poder, haveria um processo coletivo relacional que seria capaz de *criar* uma forma de poder não mais associada à dominação (“power over”), mas ao exercício de práticas políticas (“power to” ou “power with”) que, em seus próprios termos, permitiria confrontar e desnaturalizar as estruturas de dominação que condicionam o funcionamento do sistema (cf. CALVÈS, 2009, pp. 3-9).

Se a disputa em torno do conceito empoderamento – liberal ou libertário – é em si de enorme valia, entre feministas já há muito tornou-se praticamente consensual o entendimento de que opressões como a de gênero são condicionadas estruturalmente. É possível asseverar que a controvérsia sobre o conceito empoderamento, nos debates feministas, não gira em torno de uma eventual falta de reconhecimento de que as estruturas socioinstitucionais não são neutras e tendem, portanto, a (re)produzir opressões como a de gênero. O escrutínio crítico dos modos de funcionamento das instituições formais consolidou-se como parte integrante da práxis e reflexão feministas. Assim sendo, onde residiria, então, o cerne da controvérsia em torno do conceito empoderamento?

Pode-se afirmar que a primeira questão epistemológica que se coloca nos debates feministas sobre o conceito empoderamento refere-se à possibilidade de alterar a (re)produção estrutural das diferentes formas de opressão ocupando “por dentro” os espaços formais de exercício de poder, uma vez que tais espaços estão, eles mesmos, alicerçados na (re)produção da opressão que se quer combater. Em outras palavras, adentrar espaços de poder estruturados na (re)produção da opressão importaria ou não limites à possibilidade de transformar efetivamente tais espaços?

Anne Phillips, por exemplo, quando faz sua defesa do que denomina “políticas de presença” (PHILLIPS, 1995) – ou representação descritiva, a saber, a inclusão de sujeitos políticos

pertencentes a grupos sociais até então ausentes da esfera pública nas estruturas de poder vigentes na sociedade –, admite estar lidando com “um campo de probabilidades em vez de certezas” (PHILLIPS, 1995, p. 82). Ou seja, Phillips afirma que, embora a probabilidade seja maior, não haveria garantias de fato de que, por meio de políticas de presença, “as necessidades e os interesses das mulheres serão considerados” na arena pública, conduzindo à desejada transformação do *modus operandi* das instituições formais que geram estruturalmente opressões como a de gênero⁴.

Se, como afirma Luis Felipe Miguel, as políticas de presença definitivamente causam “ruído” e “dissonância” (MIGUEL, 2013, p. 223), ampliando os custos da reprodução dos mecanismos de opressão (MIGUEL, 2013, p. 237), o que, em si, é estratégia de luta tão válida quanto legítima, a questão sobre as potencialidades e os limites dessa modalidade de atuação política permanece latente e constitui um dos pontos centrais que norteiam o debate sobre o conceito empoderamento. Tensiona-se, portanto, até que ponto uma suposta equalização das posições de poder na sociedade é, em si, capaz de alterar a natureza (re)produtora das diversas formas de opressão.

Neste ponto, costuma-se argumentar que a (re)produção da opressão ocorre, também, nos intentos de se criar espaços que – inspirados por ideias que encontram ressonância na compreensão acima explicitada de empoderamento libertário – visam romper radicalmente com as instituições formais de poder na sociedade. Não creio que haja dúvidas a esse respeito. Constatar a presença da (re)produção da opressão em espaços autônomos certamente contribui para complexificar e aprofundar o debate, evitando que incorramos facilmente em uma oposição simplificada entre ações políticas institucionais e não institucionais, como se estas últimas fossem automaticamente isentas de muitos dos problemas que também encontramos no plano institucional formal. No entanto, esse argumento é muitas vezes utilizado não só para barrar o questionamento crítico acerca das potencialidades e dos limites da via institucional formal na luta contra a opressão – como se não existissem especificidades entre as diferentes vias de ação política que fossem relevantes de ser observadas –, mas também para desconsiderar as experiências libertárias, como se fossem *naïve* ou irrelevantes do ponto de vista analítico.

⁴ Conforme argumento em outro artigo (TOSOLD, 2012), para Anne Phillips o potencial transformador das estruturas formais institucionais ainda estaria longe de haver sido esgotado.

Uma compreensão mais complexa acerca do funcionamento e da (re)produção dos mecanismos geradores da opressão não dá margens a respostas fáceis. No entanto, sugiro um exercício analítico que, acredito, pode contribuir para avançarmos no debate, baseado na reflexão acerca da mesma questão a partir da perspectiva inversa: em vez de nos perguntarmos sobre as potencialidades e os limites de eliminar a (re)produção da opressão “por dentro” de instituições formais que são, elas mesmas, fundamentadas na (re)produção da opressão, proponho refletirmos acerca do que afinal permitiria, apesar dos constrangimentos estruturais da ordem vigente, caminhar no sentido de desnaturalizar e efetivamente combater os mecanismos de (re)produção da opressão.

Nessa perspectiva, é possível notar que a questão epistemológica sobre as potencialidades e os limites da ação institucional em sociedades estruturadas em diferentes formas de opressão é condicionada a uma segunda questão de ordem epistemológica, que se refere ao que tornaria possível gerar ação política capaz de transformar a (re)produção da opressão em contextos que são estruturados com base nesta mesma opressão. Nesse sentido, temos ao menos dois planos analíticos que se interconectam: (i) o que torna possível, em contextos em que a opressão é estrutural e, portanto, naturalizada, percebê-la enquanto tal?; e (ii) o que então torna possível transformar a percepção da opressão estrutural em ação política transformadora da mesma?

Conforme afirma Miguel (2014), corroborando com as reflexões apontadas neste ensaio, uma das grandes contribuições dos feminismos para a teoria e práxis políticas como um todo é, justamente, o entendimento de que se, por um lado, o ordenamento social não deixa de constranger e limitar o horizonte do possível no que concerne nossas ações e formações de preferências (tanto individuais quanto coletivas), por outro lado, não somos meramente determinados pela ordem social na qual vivemos⁵. Assim, se em sociedades onde rege o patriarcalismo como forma de opressão estrutural não há espaço, experiência ou instituição que não (re)produza ativamente, em maior ou menor grau, a opressão de gênero – de maneira que todos nós, individual e coletivamente, internalizamos e (re)produzimos, em maior ou menor

⁵ Como sintetizaria Iris Marion Young tal compreensão: “Indivíduos constroem suas próprias identidades, mas não sob condições que foram por eles escolhidas” (YOUNG, 2000, p. 99).

grau, o patriarcalismo como forma de opressão⁶ –, configura-se, ao mesmo tempo, a possibilidade de, apesar dos constrangimentos da ordem social vigente, questioná-la e transformá-la. Cabe, portanto, inquirir sobre como as experiências vividas a partir de perspectivas sociais específicas são politizadas, ou seja, transformadas em conhecimento transformador, o que, em teoria política, comumente denominamos como interesses e preferências que são matéria para a ação coletiva.

Como sabemos, experiências comuns vividas sob uma perspectiva social determinada – de acordo com Young, perspectiva social refere-se ao posicionamento social e às relações institucionais que condicionam as “oportunidades e expectativas para a vida” (YOUNG, 2000, p. 97) – não se convertem automática e espontaneamente em um conjunto de interesses e preferências coerentes e em comum. Diferentemente, observa-se que, entre aqueles que compartilham uma mesma perspectiva social, emergem interesses e preferências distintas e/ou mesmo conflitantes. É possível, portanto, afirmar que da experiência da opressão não derivam, automaticamente, interpretações, interesses, preferências e modos de resistência anti-hegemônicos.

Assim sendo, o que faz, como bem coloca Miguel, com que “a experiência vivida engendr[e] uma visão de mundo” (MIGUEL, 2013, p. 212)? Ou, como coloca Cecília Sardenberg, “how individuals come to understand the political dimensions of their personal problems and act accordingly” (SARDENBERG, 2008, p. 30)?

Conforme argumentarei a seguir, tal questionamento acerca das condições que permitem a realização de um movimento politizador capaz de transformar, em termos epistemológicos, a experiência vivida em reflexão e matéria para a ação coletiva confere, por sua vez, um novo olhar às experiências libertárias. Com base na experiência do protagonismo de grupos de mulheres na emblemática insurreição de Oaxaca em 2006, no México, procuro demonstrar que, por um lado, se a criação de novos espaços que procuram explicitamente romper com as estruturas institucionais hegemônicas não elimina *per se* a (re)produção de mecanismos de opressão de gênero, tais espaços, por outro lado, mostram-se essenciais para o aprofundamento

⁶ Evidentemente, com consequências distintas para os grupos que são privilegiados e os que são constrangidos, limitados e violentados socialmente pela (re)produção da opressão.

da luta contra a opressão como um todo. Isso ocorre justamente porque, ao possibilitar a reflexão coletiva sobre questões de gênero e outras formas de opressão em seus próprios termos, esses espaços garantem o movimento politizador necessário para transformar o conjunto de experiências vividas a partir de perspectivas sociais específicas em interesses e preferências que são matéria para a ação coletiva, permitindo avançar na identificação dos mecanismos de opressão e ampliar como um todo o repertório de ações políticas a partir de um novo horizonte expandido do possível que orienta a reflexão e ação coletivas. Ainda que não seja impossível, tal movimento politizador é muito mais difícil de ocorrer dentro de espaços institucionais formais, dado que a ação política é condicionada a uma lógica e tempo previamente estabelecidos que, via de regra, inviabilizam o intento⁷.

III

As práticas de resistência organizadas por diferentes grupos de mulheres durante a emblemática insurreição oaxaquenha de 2006 configuram um referencial privilegiado para refletir sobre as questões levantadas neste ensaio. Isso porque a insurreição foi, no que conforma sua impressionante envergadura, praticamente sem precedentes em relação a ao menos três fatores: (a) a participação e a adesão massiva da população, em geral, e das mulheres, em especial; (b) a estratégia clara de reorganização social fora da lógica institucional formal e dos espaços de poder tradicionais; bem como (c) sua longa duração, de aproximadamente sete meses (CONSORCIO PARA EL DIÁLOGO PARLAMENTÁRIO Y LA EQUIDAD OAXACA A. C.; MAL DE OJO, 2007; DALTON, 2007; ESTEVA, 2008; GENOVEVA, 2010; PELLER, 2012; ROSEN-CROS, 2013; TONIA, 2010).

A insurreição, também comumente conhecida como “a comuna de Oaxaca” e “a rebelião da APPO (Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca)”, teve início em 14 de junho de 2006, a partir da repressão extremamente violenta a mando do então governador Ulises Ruiz Ortiz ao acampamento de mais de 500 professorxs que, há mais de um mês, ocupavam o Zócalo

⁷ É possível citar, como exemplo de viabilização deste movimento politizador a partir de espaços formais institucionais, a experiência de organização coletiva de catadorxs de materiais recicláveis na região do Glicério, em São Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina entre 1989 e 1993, configurando na época um novo repertório de ações políticas coletivas que seguem na atualidade informando e norteando a ação dos movimentos de catadorxs (cf. HIRATA, 2014).

(praça central) da cidade de Oaxaca visando pressionar o governo por demandas como ajuste salarial e tentativa de barrar um projeto de lei que visava retirar do currículo escolar o ensino do período pré-colonial (ROSEN-CROS, 2013, p. 41). A população, indignada com mais esta demonstração de ação violenta por parte do governo, sai espontaneamente às ruas para lutar junto com xs professorxs conseguindo, depois de mais de cinco horas de batalha campal – que deixou ao menos 92 feridxs –, não só manter a ocupação do Zócalo, tomar novos espaços públicos e impedir o funcionamento de prédios em que funcionava a administração governamental, como também a retirada da polícia e a liberação dxs manifestantes que haviam sido até então presos em troca da liberação de três agentes policiais que foram detidos pelxs manifestantes no confronto (DALTON, 2007; ROSEN-CROS, 2013, p. 41). Com essa vitória, a população imediatamente começa a se organizar de maneira intensa e massiva em torno da renúncia de Ruiz como catalizador do rechaço às estruturas institucionais formais do Estado, a que se atribuía a responsabilidade pelos efeitos da reestruturação capitalista neoliberal então em curso⁸. Em pouco tempo, nasce a APPO, congregando cerca de 360 organizações e coletivos das mais diferentes vertentes ideológicas e formas de atuação política⁹, um espaço em que foi sendo construída a organização da resistência enquanto a revolta se espalhava para outras municipalidades no estado de Oaxaca (DALTON, 2007; PELLER, 2012, pp. 126-7). As ações envolviam a organização de barricadas de autodefesa, visando impedir a entrada da força policial, (em seu auge, chegaram a se formar cotidianamente cerca de três mil barricadas); a formação de plantões permanentes, visando impedir o funcionamento de instituições da administração pública (havia claramente o intuito de não tomar o poder instituído, mas sim criar outras formas de organização social e política que rompessem com a lógica institucional) e proteger as estações de rádio e TV que viriam a ser tomadas pela população; a organização do funcionamento de serviços públicos, como a manutenção da coleta de lixo; a organização de assembleias e a abertura de espaços de discussão e práticas políticas que pudessem configurar

⁸ Neste momento, encontrava-se fortemente em curso na região os chamados programas de ajuste estrutural (structural adjustment programs) financiados pelo FMI e o pelo Banco Mundial, que impuseram uma política de crescimento econômico baseada na privatização e na desregulamentação do mercado, com enormes consequências para o setor social.

⁹ Chama a atenção a enorme diversidade das organizações e coletivos que congregavam a APPO, incluindo organizações – dos mais variados aspectos ideológicos – indígenas, camponesas, ambientalistas, feministas, defensores de direitos humanos, anarquistas, etc., sendo algumas dessas associações estritamente locais, outras vinculadas a organizações de alcance nacional e internacional (ESTEVA, sem data).

experiências alternativas de organização sociopolítica nas mais diferentes frentes (DALTON, 2007; PELLER, 2012; ROSEN-CROS, 2013).

Desde o princípio a atuação das mulheres na insurreição foi massiva e em todas as frentes, incluindo o protagonismo na série de manifestações que foram ocorrendo, na mobilização em apoio a presxs políticxs e na participação em barricadas (muitas delas formadas exclusivamente por mulheres). Tal força de atuação das mulheres na insurreição de Oaxaca deve-se em grande parte às articulações e mobilizações que vinham tomando corpo nos últimos anos devido a toda sorte de violações de direitos, perseguições, ameaças de morte, torturas, ações paramilitares, aumento da pobreza, violência e vulnerabilidade em curso, que atingiam especialmente as mulheres a partir dos processos de desterritorialização, privatização e exploração dos recursos naturais, enfraquecimento das estruturas comunais de uso da terra e costumes e comodificação dos serviços públicos que passaram a ocorrer na região de Oaxaca como parte dos programas de ajuste estrutural neoliberal¹⁰ (CONSORCIO PARA EL DIÁLOGO PARLAMENTÁRIO Y LA EQUIDAD OAXACA A. C.; MAL DE OJO, 2007; ESTEVA, sem data; GENOVEVA, 2010; PELLER, 2012, pp. 130-131). Mas é justamente durante a insurreição de Oaxaca, a partir dos novos espaços de interação e organização coletiva que foram sendo abertos e criados autonomamente, que ocorre uma oportunidade sem precedentes de articulação coletiva entre as mulheres. É em espaços como as barricadas, os plantões, as marchas, as manifestações e os encontros de discussão de estratégias de ação política que as mulheres, a partir do compartilhamento de suas experiências de vida e do que ocorria no cotidiano da insurreição, conseguem ir aprofundando o entendimento sobre as diferentes causas das opressões a que estão sujeitas, de maneira a conferir sentido político coletivo às suas vivências e adquirir maior precisão em relação aos desafios a serem enfrentados e às possíveis estratégias de luta a serem postas em prática (CONSORCIO PARA EL DIÁLOGO PARLAMENTÁRIO Y LA EQUIDAD OAXACA A. C.; MAL DE OJO, 2007; PELLER, 2012, pp. 132-135)¹¹. Esse processo

¹⁰ Oaxaca, estado de maior diversidade natural e cultural do México, é um dos mais pobres do país, bem como o único de maioria indígena, em que os territórios são tradicionalmente estruturados a partir do uso comum da terra.

¹¹ O relato de Barucha Calamity Peller, que teve a oportunidade de acompanhar pessoalmente esse processo de articulação entre mulheres durante a insurreição de 2006 em Oaxaca, traz uma percepção que corrobora com o argumento proposto neste ensaio: “Most women had never in their lives experienced space that was not only a place to talk to other women, but also autonomous, not controlled by the market, the state, or their husbands

caracterizado pela abertura de novos espaços que, rompendo com o institucional, iam sendo delineados a partir de uma lógica própria, fomentaram a realização do movimento politizador que, em termos epistemológicos, possibilita transformar as experiências vividas a partir de uma perspectiva social específica em matéria para a ação coletiva.

Durante a insurreição, talvez o momento mais emblemático desse processo de auto-organização coletiva das mulheres tenha sido a ocupação da emissora de televisão estatal Canal Nueve no dia 1º de agosto de 2006. Descontentes com a forma como, dentro da própria APPO, a (re)produção da opressão de gênero continuava atuando, no sentido não apenas de invisibilizar o protagonismo das mulheres em todo o processo, mas também de reduzir sua atuação política a de mero apoio (por exemplo, à organização da alimentação), as mulheres articularam uma marcha própria que, além de ser massiva (participaram mais de 10 mil mulheres), termina por ocupar as instalações do Canal Nueve e das duas rádios estatais que funcionavam no mesmo complexo. Até que as antenas viessem a ser destruídas, no dia 21 de agosto, por meio de uma ação paramilitar (o que, logo no dia seguinte, levou à ocupação de 13 rádios comerciais), diferentes grupos de mulheres organizaram e coordenaram a transmissão de uma série de programas produzidos diariamente¹², cujo maior ganho, segundo Barucha Peller, tenha talvez sido justamente o fortalecimento do diálogo e da solidariedade entre mulheres que foi ocorrendo, por assim dizer, “nos bastidores” (PELLER, 2012, p. 132), a partir da organização livre e autônoma e do compartilhamento das histórias de vida (TONIA, 2010).

Apesar de toda legitimidade e popularidade do movimento, bem como de as mulheres, especialmente a partir da ocupação do Canal Nueve, haverem assumido um papel de and fathers. Many realized that their life experiences of abuse in the home through economic hardships and structural oppression were echoed in the voices of other women and they found a common understanding of the meaning of gender and identity from the public to the private sphere. Late into the night at the barricades and in the Canal Nueve occupation, women shared stories, many previously untold, of state and interpersonal sexual violence, domestic violence, of subordination from the workplace to the home. Here women realized that they were not alone, that collectively their motivations for participating in the movement did not only stem from their economic struggles and that of their communities, but of the same gender stratification they experienced structurally in the capitalist society their entire lives inside their homes, and furthermore, in the present moment within the APPO itself” (PELLER, 2012, p. 134).

¹² Neste período em que esteve ocupado, o Canal Nueve atingiu os maiores índices de audiência registrados na história de uma emissora estatal (PELLER, 2012, p. 133).

protagonismo na insurreição em seus próprios termos, alterando positivamente a percepção da população sobre os movimentos de mulheres, a falta de apoio e compreensão que as mulheres sentiam com relação à sua atuação política por parte da família e dos companheiros sem dúvidas contribuiu para o enfraquecimento da resistência como um todo (PELLER, 2012, p. 135-139). O engajamento político das mulheres durante a insurreição era prejudicado por se verem na obrigação de cumprir com o cuidado dxs filhxs, da casa e de suporte aos companheiros, os quais, não raro, desincentivavam ou até mesmo tentavam impedir, inclusive por meio da violência, a atuação política das mulheres (TONIA, 2010).

Apesar de todas as dificuldades, as mulheres seguiram lutando¹³ mesmo depois da ação massiva por parte de três mil agentes da Polícia Federal Preventiva (PFP) entre 27 e 29 de outubro de 2006, que reocupam o Zócalo e deixam ao menos 17 mortxs, 450 presxs e 30 desaparecidxs, bem como incontáveis feridxs e perseguidxs políticxs.

A insurreição de 2006 em Oaxaca transformou o repertório de ações políticas e o escopo do possível na luta e na organização política das mulheres contra todas as formas de opressão. Conforme afirma Martha Castañeda Pérez, pesquisadora feminista atuante durante a revolução: “Yo creo que ya no trabajamos de la misma manera. Ya no pensamos de la misma manera. Ya tenemos una orientación diferente para lo que hacemos cotidianamente en nuestro trabajo” (CONSORCIO PARA EL DIÁLOGO PARLAMENTÁRIO Y LA EQUIDAD OAXACA A. C.; MAL DE OJO, 2007).

¹³ Mesmo depois da ação da PFP, vários grupos de mulheres continuaram atuando, como por exemplo por meio de marchas, greves de fome, organização de festivais, campanha pela liberdade de presxs políticxs, pelxs desaparecidxs e mortxs etc. (cf. TONIA, 2010). Também é importante notar que houve uma tentativa de formar, entre os movimentos de mulheres, o que veio a chamar-se Coordenação de Mulheres de Oaxaca (COMO), a qual objetivava formalizar um espaço de articulação entre mulheres. Ali, muitas das contradições vividas pelas próprias mulheres também na APPO vieram a ser (re)produzidas – como tentativas de hierarquização e cooptação –, o que ampliou a percepção da necessidade de buscar outras formas de organização que se pautem pela horizontalidade e pela ausência de lideranças ou representantes (PELLER, 2012, pp. 139-140; TONIA, 2010).

IV

A insurreição popular de 2006 em Oaxaca, de maneira geral, bem como a atuação dos grupos de mulheres, em particular, tornou-se um marco que segue inspirando e ajudando a aprofundar local e internacionalmente as lutas contra as diferentes formas de opressão. Ao romper radicalmente com o institucional – vinculado de maneira mais ampla à formação de hierarquias, à instituição de relações de poder por meio da representação política e à violência da imposição de um projeto capitalista neoliberal – e criar propositivamente em seus próprios termos espaços de reflexão, vivência e ação política que possibilitam a elaboração coletiva e, conseqüentemente, a ampliação do horizonte do possível, a experiência dos grupos de mulheres em Oaxaca realizou o movimento politizador capaz de romper com o que Young chamaria de “imperialismo cultural” (YOUNG, 1990, p. 58-61) – a saber, a universalização das experiências e culturas dos grupos dominantes que acabam, devido à concentração por parte destes grupos dos meios de interpretação e comunicação na sociedade, estabelecendo-se como norma e, assim, condicionando o universo do possível¹⁴. Ou seja, para além de configurar um novo horizonte utópico, ampliando a imaginação acerca de outras formas possíveis de organização social e política que passam a nortear as futuras práticas políticas coletivas, é o caráter propositivo dessas experiências que auxilia a desnaturalizar as opressões cotidianas e, dessa forma, avançar na luta contra a opressão estrutural como um todo. Abre-se assim a possibilidade, para as lutas feministas, de adquirir novos parâmetros do possível a fim de que, em contraste com as

¹⁴ O “imperialismo cultural” é, segundo Young, uma das “faces da opressão”, que atua discursiva e simbolicamente para fins de manutenção da dominação. Em suas próprias palavras: “This is, then, the injustice of cultural imperialism: that the oppressed group's own experience and interpretation of social life finds little expression that touches the dominant culture, while the same culture imposes on oppressed groups its experience and interpretation of social life” (YOUNG, 2000, p. 60). Luis Felipe Miguel também propõe o conceito de “campo político” de Pierre Bourdieu (MIGUEL, 2013, pp. 220-223) para apontar como as estruturas formais embasadas nas mais diferentes formas de opressão “exig[iriam] a acomodação das variadas trajetórias e posições sociais à sua própria lógica”, de maneira que, mesmo possibilitando o questionamento às próprias estruturas, “não elimin[aria] a tendência à reprodução das hierarquias de acordo com os critérios imperantes no campo”, praticamente impossibilitando, assim, uma expressão propositiva alternativa, visto que todo questionamento, de acordo com as regras do campo, deve vir elaborado não nos próprios termos dos agentes, mas necessariamente por meio da linguagem e do mecanismos específicos do próprio campo reprodutor das desigualdades, que condicionam uma “exigência uniformizadora” (MIGUEL, 2013, p. 222).

estruturas vigentes, seja possível identificar com cada vez mais acuidade como se dá a (re)produção do patriarcado e, conseqüentemente, alterar e desinternalizar tais estruturas.

Por seu caráter propositivo, experiências como a de Oaxaca mostram-se fundamentais na luta contra a opressão. Diferem da atuação política via instituições formais tradicionais que, ao impor sua lógica e tempos próprios, corroboram para dificultar a realização plena do movimento politizador que é essencial na tarefa de transformar as experiências vividas em matéria para ação coletiva, levando-nos a exercer um papel muito mais reativo que propositivo. Dessa forma, a aparente “intransigência” para com o institucional de experiências como as de Oaxaca contribuem também para avançar na luta “por dentro” das instituições, visto que auxiliam a que enxerguemos mais e melhor.

Conforme apresentado neste ensaio, diante da complexidade do funcionamento dos mecanismos de opressão em que se fundamenta a ordem vigente, transformações – ou, como costumam dizer xs zapatistas, a realização daquilo que parecia impossível até a véspera – são muito difíceis de serem engendradas. Demandam não somente muita luta, mas também um enorme e incansável esforço de organização social e política, que vai sendo construído paulatinamente, “abajo y a la izquierda”. Experiências como a do protagonismo dos grupos de mulheres na insurreição de 2006 em Oaxaca trazem consigo todo um aprendizado que possibilita aguçar os sentidos para enfrentar os desafios e que segue, vivo como nunca, inspirando mundo afora a construção de outras realidades possíveis.

Bibliografia

BHAVNANI, Kum-Kum; COULSON, Margaret. “Transformar el feminismo socialista: el reto del racismo”. In: ANZALDÚA, Gloria *et al.* *Otras Inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madri: Traficantes de Sueños, 2004, pp. 51-61.

CALVÈS, Anne-Emmanuèle. “Empowerment: the history of a key concept in contemporary development discourse”. *Revue Tiers Monde* 200, 2009, pp. 735-749.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

CONSORCIO PARA EL DIÁLOGO PARLAMENTARIO Y LA EQUIDAD OAXACA A. C.; MAL DE OJO. *La voz de los pueblos: la rebelión de las oaxaqueñas*. 2007. Disponível em: <www.youtube.com> [Acesso em 10/02/2015].

CRENSHAW, Kimberlé W. “Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color”. *Stanford Law Review* 43, 1991, 1241-1299.

DALTÓN, Margarida. “La participación política de las mujeres en el movimiento de Oaxaca, reflexiones y contradicciones desde el feminismo”. 17/03/2007. Disponível em: <www.casacollective.org> [acesso em 20/03/2015].

ESTEVA, Gustavo. “Nuestros demonios”. *Revista Herramienta* 40, 2008. Disponível em: <www.herramienta.com.ar> [Acesso em 25/03/2015].

ESTEVA, Gustavo. “La APPO y la construcción democrática”. Sem data. Disponível em: <www.sjsocial.org> [Acesso em 10/03/2015].

GENOVEVA. “Represión en la región Loxicha”. In: COLLECTIVE C.A.S.A.; DENHAN, Diana (eds). *Enseñando rebeldía: historias de la lucha popular oaxaqueña*. Oakland, CA: PM Press, 2010, pp. 119-130.

HARAWAY, Donna. “Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective”. *Feminist Studies* 14, 1988, p. 575-599.

HARDING, Sandra. *The feminist standpoint reader: intellectual and political controversies*. Nova York: Routledge, 2004.

HARTSOCK, Nancy. *The feminist standpoint revisited and other essays*. Boulder, CO: Westview Press, 1998.

- HIRATA, Márcia Saeko. “Contradiction and resistance in the production of space in São Paulo's downtown: an urban perspective on the collectors of recyclable materials”. Paper apresentado no XVIII ISA World Congress of Sociology, Yokohama, 2014.
- HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Cambridge, MA: South End Press, 2000a [1984].
- HOOKS, bell. *Feminism is for everybody*. Cambridge, MA: South End Press, 2000b.
- LAVRIN, Asunción. “International feminisms: Latin American alternatives”. *Gender & History* 10 (3), 1998, pp. 519-534.
- LORDE, Audre. “The master's tool will never dismantle the master's house”. In: LORDE, Audre. *Sister Outsider*. Berkeley: Crossing Press, 2007 [1984], pp. 110-113.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Perspectivas sociais e dominação simbólica”. In: MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, pp. 203-238.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Sete ensinamentos do feminismo para a teoria política”. 7/4/2015. Disponível em: <grupo-demode.tumblr.com> [Acesso em 8/4/2015].
- MOHANTY, Satya P. “The epistemic status of cultural identity: On *Beloved* and the postcolonial condition”. In: MOYA, P.; HAMES-GARCÍA, M. R. (eds.). *Reclaiming indentity: realist theory and the predicament of postmodernism*. Berkeley: University of California Press, 2000, pp. 29-66.
- PELLER, Barucha Calamity. “Women in uprising: the Oaxaca commune, the State, and reproductive labor”. *Lies: A Journal of Materialist Feminism* 1, 2012, pp. 125-144.

PHILLIPS, Anne. *The politics of presence: the political representation of gender, ethnicity and race*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

ROSEN-CROS, Pauline. “La Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO): cuando México nuevamente se rebela”. In: GAUDICHAUD, Franck. *Emancipaciones em América Latina*. Quito: Editorial IAEN, 2013, pp. 41-50.

SARDENBERG, Cecília M. B. “Liberal versus liberating empowerment: conceptualizing women's empowerment from a Latin American Perspective”. *IDS Bulletin* 39 (6), 2008, pp. 1-46.

SEGATO, Rita Laura. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez: territorio, soberanía y crímenes de segundo estado*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

TONIA. “La marcha de las cacerolas: las mujeres toman el control del canal estatal de televisión”. In: COLLECTIVE C.A.S.A.; DENHAN, Diana (eds). *Enseñando rebeldía: historias de la lucha popular oaxaqueña*. Oakland, CA: PM Press, 2010, pp. 131-142.

TOSOLD, Léa. “Do problema do essencialismo a outra maneira de se fazer política”. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012, pp. 189-209.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.